

MULHERES NOS GTTS DO CBCE: ONDE ESTAMOS?⁷⁸

Ileana Wenez

Universidade Federal do Espírito Santo

Mariana Zuaneti Martins

Universidade Federal do Espírito Santo

Christiane Garcia Macedo

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Introdução

Este texto se desdobra do projeto intitulado “Mulheres da Educação Física universitária no Brasil e na Argentina” coordenado pela prof.^a Ileana Wenez, com participação da prof.^a Mariana Zuaneti Martins, ambas da Universidade Federal do Espírito Santo, e pela prof.^a Christiane Garcia Macedo, da Universidade do Vale de São Francisco/PE. O projeto conta, ainda, com membros internacionais, como as(os) professoras(es) Ivana V. Rivero, Silvina Galleta e Esteban M. Barcelona da Universidad Nacional de Rio Cuarto (Argentina), com o intuito de estabelecer um diálogo sobre a realidade do balanço de gênero na educação física entre os dois países.

Entendemos quatro pressupostos como ponto de partida que orientam nossa investigação: a) existe um campo acadêmico atravessado por questões de gênero; b) a Educação Física forma parte desse campo; c) existem histórias de profissionais mulheres que têm evidenciado esforços de maneira isolada (ou não) que incidem na ruptura de estereótipos; e d) apesar de as mulheres serem de cidades e estados diferentes, e de elas transitarem por processos diferentes, elas também enfrentam alguns desafios em comum, como as questões de gênero.

O CBCE, pelo menos, desde meados da década de 1980, tem sido uma associação posicionada politicamente pela democracia na ciência e pelo pensamento crítico. A presença das mulheres é visível desde os primeiros Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte (Conbrace), bem como em suas diretorias. Alguns dados, porém, fazem-nos questionar: nós, mulheres, participamos de forma igualitária na associação, o que seria pressuposto para uma condução democrática? Onde estamos?

Considerando esse cenário, nosso objetivo foi investigar a presença das mulheres nos espaços do CBCE (diretorias, GTT e Conbrace), desde a implantação dos GTT, em 1997, até o Conbrace/Conice mais recente, de 2021. Por meio dos dados da participação de mulheres nos

⁷⁸ O presente trabalho contou com apoio financeiro proveniente de bolsas de iniciação científica do CNPq, pela UFES e pela UNIVASF. Agradecemos às bolsistas Rafaella Martins Guerra (UNIVASF) e Samara Sena Araújo França (UFES) pelo apoio na coleta de dados.

Congressos, buscamos entender se essa presença se reflete nos locais de centralidade da associação ou não.

Para tanto realizamos uma busca documental de natureza observacional nos anais dos eventos do período, considerando o(a) primeiro(a) autor(a) dos trabalhos. A autoria de mulheres foi identificada pelo nome próprio e, em caso de dúvidas, pesquisávamos o currículo da pessoa. A contagem foi feita de forma manual, por meio dos anais de cada edição do Conbrace, com exceção do de 2001, que não estava disponível virtualmente. Levantamos também a programação do evento, as coordenações dos GTTs e a Diretoria do Colégio, esses materiais foram encontrados especialmente no site do CBCE⁷⁹ e em materiais do acervo histórico do CBCE, que se encontra no Centro de Memória do Esporte⁸⁰. Identificamos, nesses locais, a frequência relativa da presença das mulheres⁸¹.

As mulheres nas ciências

O avanço da participação das mulheres no espaço público nas últimas décadas tem sido exponencial. Elas têm participado do mundo do trabalho nos mais distintos campos, como a docência no ensino superior, o que se contrasta com séculos passados, quando elas eram proibidas de estudar em instituições formais de ensino (pelo menos na maioria dos países). Embora haja um grande crescimento, alguns percalços têm atravessado esse aumento. Por exemplo, há ainda discrepância salarial entre homens e mulheres exercendo a mesma função, e as últimas têm mais dificuldade de acessar alguns cargos específicos, como os de direção e ou de gestão.

Segundo relatório da Unesco (2021) (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), as mulheres constituem 33% dos(as) pesquisadores(as) no mundo, diferença que se amplia quando se trata das funções de gestão. Segundo a ONU⁸², ciência e igualdade de gênero são vitais para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Com esse objetivo, em 2016, foi criado o “Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência” (11 de fevereiro), com o objetivo de dar visibilidade, inspirar e promover a participação feminina na ciência. Outra iniciativa importante, em âmbito nacional, é o programa "Prêmio Mulheres" do CNPQ (Conselho Nacional

⁷⁹ www.cbce.org.br .

⁸⁰ Disponibilizados no Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40501>).

⁸¹ Não foi possível fazer o levantamento de trabalhos do CONBRACE de 2001, pois não conseguimos acesso aos anais. E também não localizamos as programações dos CONBRACES de 2007, 2015 e 2019. Além disso, a tabela das coordenações ainda carece de algumas confirmações. A pesquisa encontra-se em andamento.

⁸² Ver mais em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> .

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), embora ainda exista uma lacuna ao considerar, por exemplo, a produtividade nas mulheres mães⁸³.

Nesse mesmo ano, a SBPC (Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência) lançou o livro intitulado *Pioneiras da Ciência no Brasil* (MELO; RODRIGUES, 2006). No livro, as autoras elencam algumas biografias das mulheres por área de trabalho, no qual a Educação Física não foi incluída. Na mesma linha, o relatório "Open box da ciência"⁸⁴ se dedicou à questão, destinando atenção à educação física, embora somente no seu viés biológico. Em 2020, na SBPC aconteceu a mesa intitulada "Mulheres, Corpos e Ciência com desenvolvimento sustentável no século XX"⁸⁵, com o mesmo objetivo de tratar dessa temática no âmbito da Ciências do Esporte/Educação Física.

Com o desejo de explorar esses elementos, aprofundaremos aspectos como os que apontam Maffia (2002) e Santos e Rodrigues (2021), as mulheres ainda encontram dificuldades para romper o "teto de vidro" e chegar a cargos de destaque ou liderança. Staniscuaski e colaboradores (2020), analisaram os currículos Lattes de 4.970 mulheres que defenderam suas teses de doutorado entre 2000 e 2013, com o intuito de investigar como se dava o desenvolvimento da carreira das pesquisadoras. As autoras concluíram que houve avanços, mas ainda persistem desigualdades entre homens e mulheres nas ciências.

As mulheres vêm aumentando sua participação em diferentes áreas, mas continuam a enfrentar obstáculos. Grossi e colaboradas (2016) pesquisaram a participação feminina nas pesquisas no Brasil, levantando as teses produzidas entre os anos de 2000 e 2013. Os resultados evidenciam que a participação das mulheres tem crescido, mas existe ainda uma desigualdade de gênero, sobretudo, nas áreas tecnológicas.

Em algumas áreas, entre as quais a Educação Física, o padrão masculino e heteronormativo dificulta a permanência e a ascensão das mulheres de forma particular. Por exemplo, das cinco primeiras edições do *International Journal of Sports Physiology and Performance* (IJSPP) de 2019, apenas 13% dos autores dos artigos eram mulheres. (MUJIKI; TAIPALE, 2019). Lima (2008) e Barreira (2022) ainda destacam que existem diferentes trajetórias nas ciências e nos esportes, de modo que a forma pela qual as mulheres negociam e resistem a essa centralidade masculina forja um caminho complexo e atravessado por outras interseccionalidades (como raça e sexualidade). O caminho é mais tortuoso quando comparado ao dos homens, o que faz com que, metaforicamente, essas

⁸³ A organização Parents in Science tem destacado essas lacunas e discrepâncias nos editais de fomento disponível em: <https://www.parentinscience.com/> Acesso 7/07/2023.

⁸⁴ Link: <https://www.openciencia.com.br/> acesso em 6/07/2023. Nesses dados, temos 46 %de mulheres e 54 % homens. Mais de 40 % são brancas e centralizadas nas instituições do sudeste. Na metodologia destaca-se a produtividade e prêmios como critérios de escolhas dos nomes mais representativos de cada área.

⁸⁵ Essa mesa teve participação de duas professoras participantes do GTT gênero naquele período, que são Priscila Gomes Dornelles e Ileana Wenez. Também participou a professora Tatiana Zylbelberg, coordenadora do GTT de Comunicação e Mídia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oeRP1YWcO2w> acesso 7/07/2023.

mulheres tenham que atravessar um “labirinto de cristal” (BARREIRA, 2022) para conseguir acessar e permanecer nesses espaços. Ou seja, é um caminho complexo e frágil, que se apresenta de forma distinta para cada mulher, já que os marcadores sociais também se colocam como barreiras adicionais.

Uma das particularidades que podem nos ajudar a compreender esse cenário da Educação Física é o fato de ser uma área muito influenciada pelas ciências naturais. Como resultado, há a defesa de uma pretensa neutralidade da ciência, que se cruza com uma ideia de que ela não é atravessada por relações de poder. Por outro lado, a crítica advinda das epistemologias feministas aponta que a ciência se encontra em um emaranhado social, político, cultural, econômico, os quais se entrelaçam às questões gênero, raça e etnia, devendo ser esses os componentes da construção de um saber científico (LONGINO, 1994). A partir do momento em que observamos as ciências por essa lente, fica nítida a forma pela qual as relações desiguais entre gênero da sociedade também se refletem nelas.

Na Educação Física brasileira o movimento de crítica foi semelhante. Segundo Bracht (2013), a área vivenciou dois grandes momentos epistemológicos. O primeiro, entre 1970 e 1980, visava responder ao estatuto científico pensando as denominações, as diversas áreas científicas, refletindo sobre sua identidade e seu objeto de pesquisa. Assim, “a educação física foi demandada também a ‘produzir’ e qualificar seus próprios intelectuais em condições de participar desse debate” (BRACHT, 2013, p. 21). Os professores saíram do país para cursar pós-graduação no exterior, o que tornou possível a abertura de cursos de pós-graduação no país. Mas nesse momento, a pesquisa na área ainda era feita com base nos pontos de vistas androcêntricos (predominantemente por homens e sobre homens), e teve como resultado a construção de discursos – pautados na “natureza” e na “biologia” – dicotômicos. Tal perspectiva é fruto de uma prática científica que, durante muito tempo, foi feita e validada por homens, brancos, cristãos, do norte global, heterossexuais e cisgêneros, ignorando, silenciando e apagando outros tipos de saberes socialmente localizados de forma distinta (LONGINO, 1994).

No segundo momento, entre a década do 1980 e do 1990, o movimento crítico que o país vivia contribuiu para que o conhecimento da Educação Física fosse localizado histórica e socialmente, resultando em um crescimento da influência das ciências humanas e sociais (BRACHT, 2013). O campo acadêmico da EF refletia sobre uma ciência não positivista e não neutra. Apesar desses avanços, como afirma Melo (2006), estamos ainda perante uma ciência misógina, branca e masculina.

Teixeira e Freitas (2016) apontam que o número de mulheres se reduz quanto mais alto o nível educacional entre mulheres alunas de pós-graduação, e como docentes das áreas de Física e

de Educação Física na UFMG. Essas acadêmicas também apresentam menor produção científica (orientações, publicação de artigos, entre outros), quando comparadas aos seus pares homens. O texto sugere que questões de gênero ainda criam obstáculos significativos à vida profissional dessas mulheres, como a sobrecarga do trabalho doméstico (que pode ser nuançada para mulheres com um poder aquisitivo maior). Além disso, por não se sentirem preparadas, algumas mulheres se sabotam para não ocupar os cargos de maior direção. Por fim, as micropolíticas presentes nas estruturas institucionais androcêntricas atrasam a inserção das mulheres mais do que nos homens.

Outra questão, que também nos ajuda a entender o contexto de desigualdade entre homens e mulheres e que atravessam as relações de gênero, é acerca da maternidade. Ao colocar a atenção na maternidade as diferenças são ainda maiores. Segundo Staniscuaski e colaboradoras (2020), após o quadro pandêmico de covid-19, a carga de trabalho das mulheres foi acentuada com o cuidado dos filhos(as) ou com idosos(as) ou na organização da casa. Buscando entender esse cenário, um levantamento realizado no Brasil, durante os meses de abril e maio de 2020, que tinha por objetivo analisar a produtividade no âmbito acadêmico apontaram para a dificuldade atravessada pelas questões de gênero e de raça. Entre os 3.629 docentes/pesquisadores(as) que participaram da pesquisa (68% mulheres e 32% homens.), 68% dos homens e 72% das mulheres têm filhos. As mulheres negras com filhos tiveram menor produtividade, contrapondo-se aos homens brancos sem filhos que estavam no topo. Com relação a submissões de artigos, mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos (de até 12 anos) foram os grupos cuja produtividade acadêmica foi mais afetada pela pandemia. Enquanto a produtividade acadêmica de homens, especialmente os sem filhos, foi a menos afetada no período. Esses dados, embora centrados na pandemia, quando houve o fechamento das escolas e creches e fez com que as crianças fossem cuidadas pelos(as) pais/mães em tempo integral, acentua uma realidade que já nos é conhecida há muito tempo: as mulheres são responsabilizadas socialmente pelo trabalho doméstico e cuidado da família, o que lhes consome tempo e energia, diminuindo sua disponibilidade para outras questões.

Na Educação Física, a articulação entre a docência e a maternidade foi pesquisada em Porto Alegre. Bins e colaboradoras (2023) afirmam que as professoras participantes percebem que, apesar de a maternidade ser uma experiência cercada de exigências sociais e de responsabilidade feminina, existe a possibilidade de vivenciar ela de modo individualizado ou de um modo mais comunitário e coletivo (BINS *et al.*, 2023). Ou seja, ainda precisamos construir uma criação de filhos que seja compartilhada com parceiras e parceiros, e alicerçada em uma noção mais comunitária, para que o trabalho científico não seja uma impossibilidade.

Considerando esse cenário, passamos em seguida aos dados que mostram a presença das mulheres nos espaços do CBCE. Nosso foco está direcionado, especialmente, para os últimos 25

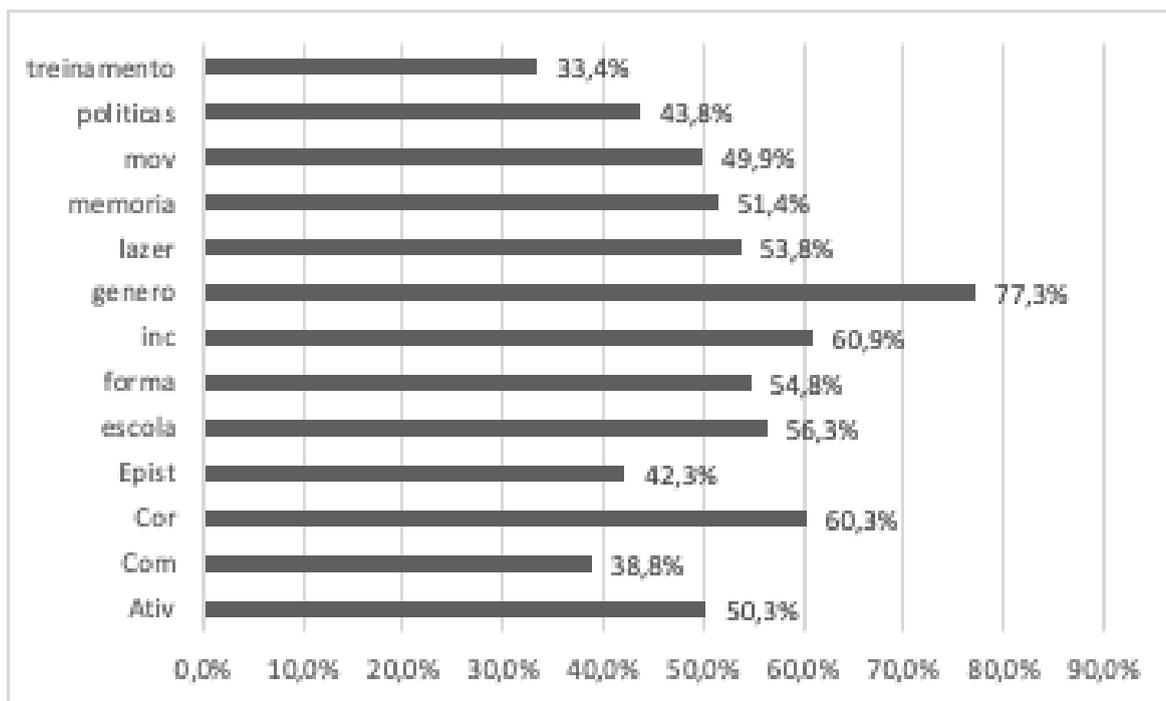
anos, ou seja, desde que os GTTs passaram a compor a instituição. Questionamos não apenas os números, mas, também, os espaços em que essa presença ocorre ou sua ausência.

Como primeiras autoras

Numa primeira olhada nos trabalhos as mulheres são maioria. Considerando 1997-2021, a porcentagem de mulheres é ligeiramente maior (53% de primeiras autoras). Considerando os GTTs isoladamente, ao longo do período analisado, as mulheres foram maioria como primeiras autoras em mais de 50% dos trabalhos apresentados (em 85 de 144 ocorrências). Esse número, de certa forma, destoa dos números do ensino superior em Educação Física no Brasil nos últimos anos no Brasil. Segundo o Censo do Ensino Superior do INEP, em 2020 os homens representaram 60,6% das matrículas no curso de formação de professores em Educação Física e 64,3% no bacharelado. Número parecido é encontrado no Censo de 2015, com 58,9% (licenciatura) e 63,4% de homens (bacharelado).

Nos anos analisados, os GTTs que têm menor participação das mulheres como primeira autora são: Política Públicas (43,7%), Epistemologia (42,2%), Comunicação e Mídia (38,8%) e Treinamento Esportivo (33,4%). Os GTTs com maior percentual de primeiras autoras foram: Gênero (77,2%), Inclusão (60,9%), Corpo e Cultura (60,2%) e Escola (56,3%). O gráfico a seguir ilustra essa relação.

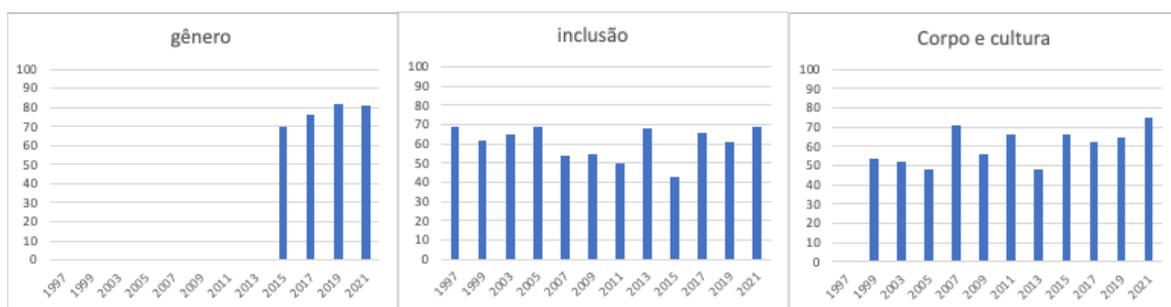
Gráfico 1. Frequência relativa de mulheres como primeiras autoras nos trabalhos apresentados no Conbrace de 1997-2021.



Fonte: As autoras, a partir dos dados da pesquisa.

Ao longo dos anos, nota-se, também, uma pequena variação nos GTTs, como é possível ver nas figuras que seguem.

Figura 1. GTTs cuja maioria da autoria são de mulheres ao longo da maioria dos anos no Conbrace (1997-2021)



Fonte: As autoras, a partir dos dados da pesquisa.

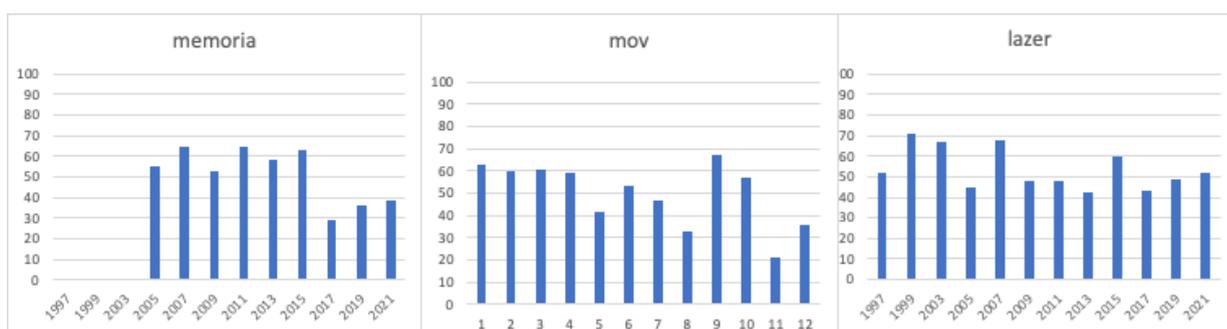


Figura 2. GTTs cuja autoria de mulheres declinou nos últimos CONBRACE (1997-2021)

Fonte: As autoras, a partir dos dados da pesquisa .

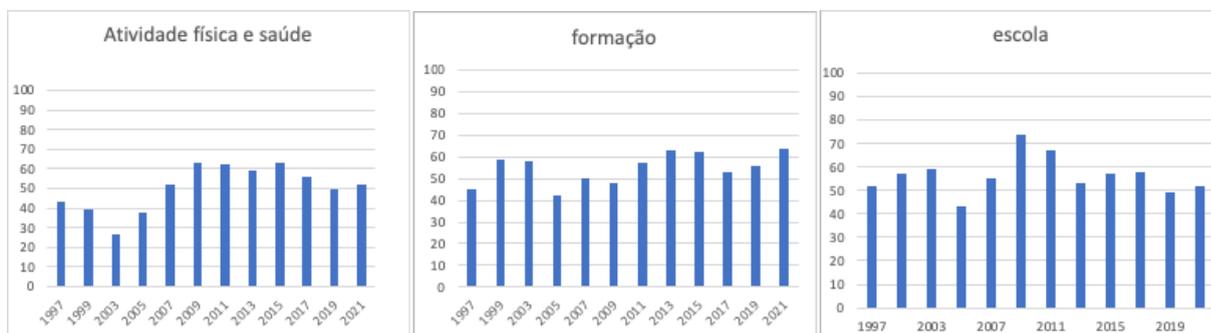
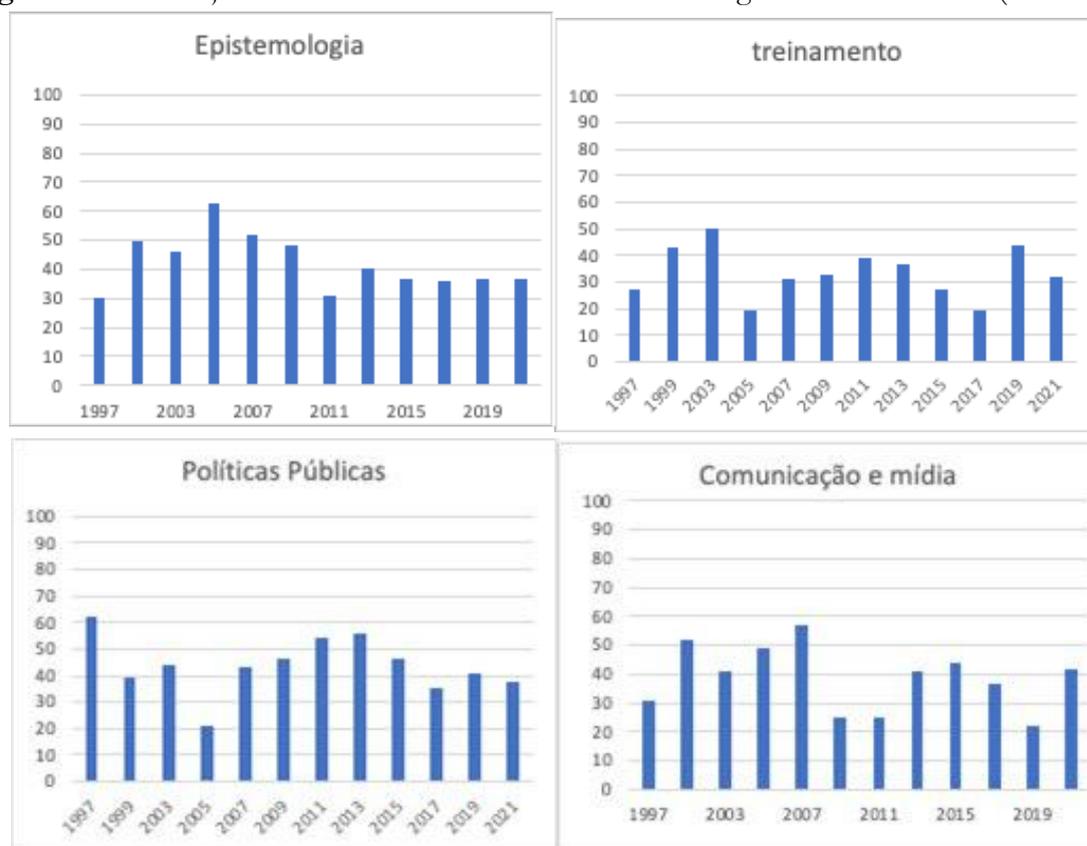


Figura 3. GTTs cuja autoria de mulheres aumentou ou se manteve acima da média ao longo dos CONBRACE (1997-2021)

Fonte: As autoras, a partir dos dados da pesquisa .

Figura 4. GTTs cuja autoria de mulheres é minoritária ao longo do CONBRACE (1997-2021)



Fonte: As autoras, a partir dos dados da pesquisa

É possível observar uma queda na participação das mulheres nos GTTs, Epistemologia, Memórias, Comunicação e Mídia e Movimentos Sociais; um aumento no GTT Atividade Física e Saúde. Os demais são marcados por alguma variação ao longo dos anos. Na medida em que a média de mulheres como primeira autora ficou estável ao longo dos anos ($53,1\% \pm 2,79$), estima-se que a diminuição da participação das mulheres em alguns GTTs foi compensada pelo aumento em outros, em especial, pela criação do GTT de Gênero, que é majoritariamente ocupado por mulheres. Essa compensação numérica, no entanto, não nos permite falar que houve migração de um GTT para outro.

A variação na presença de mulheres como primeiras autoras nos diferentes GTTs também nos faz indagar sobre uma possível divisão do trabalho nas pesquisas acadêmicas da área. Poderíamos observar que as mulheres são direcionadas às áreas consideradas mais “*soft*” de produção de conhecimento, como nas pesquisas sobre práticas corporais, formação gênero e educação física na infância e na escola; e os homens sendo direcionados para as áreas de pesquisa

que enfocam o treinamento esportivo, política e a ciência. Essa divisão acompanharia algumas representações de gênero sobre a prática científica, segundo as quais a objetividade e a racionalidade, tão caras à ciência moderna, são definidas usando noções de masculinidade (LONGINO, 1994). Da mesma forma, foram excluídas, na ciência positiva, os traços e as capacidades atribuídas às mulheres como interessantes para a produção desse tipo de conhecimento (LONGINO, 1994). Essa "generificação" da ciência moderna contribuiu para que as mulheres fossem alijadas de algumas áreas de conhecimento.

Outros espaços e visibilidade

Ao compararmos esses dados de autoria com os lugares de liderança no CBCE, chamou-nos atenção a menor presença das mulheres. Considerando que as mulheres são a maioria encabeçando os trabalhos apresentados (e, como associadas, têm um equilíbrio em relação aos homens⁸⁶), seria de esperar que elas também fossem maioria ou estivessem um maior equilíbrio nas direções e convidadas centrais.

Na direção nacional do CBCE, considerando as 22 gestões, de 1979 a 2021, temos 30,8% (37) de mulheres, destas, os cargos mais ocupados por elas foram: Diretora Científica (8); Presidenta (6); Vice-presidenta (5), Diretora Administrativa (5), Coordenadora ou Diretora de GTTs (5), Diretora Financeira ou Tesoureira (5). A situação é mais desigual em dois dos cargos: Diretora de Comunicação e Diretora de Secretarias Estaduais, que foram ocupados por mulher apenas uma vez ao longo das 22 gestões. Ao analisar esses cargos podemos pensar que a área da comunicação lida de forma mais direta com as tecnologias da informação (TI) (programação, internet, páginas, sistemas, redes sociais). Para Nunes (2016, p. 383),

Verifica-se, em relação a gênero, não propriamente uma diferença pronunciada na média dos rendimentos de homens e mulheres, mas inserções distintas na hierarquia ocupacional, até com inversão do diferencial de rendimentos em ocupações menos prestigiadas. A identidade profissional nas ocupações mais valorizadas do setor é pautada pela valorização da incerteza e do risco, comportamentos tradicionalmente associados, por construção de gênero, ao masculino.

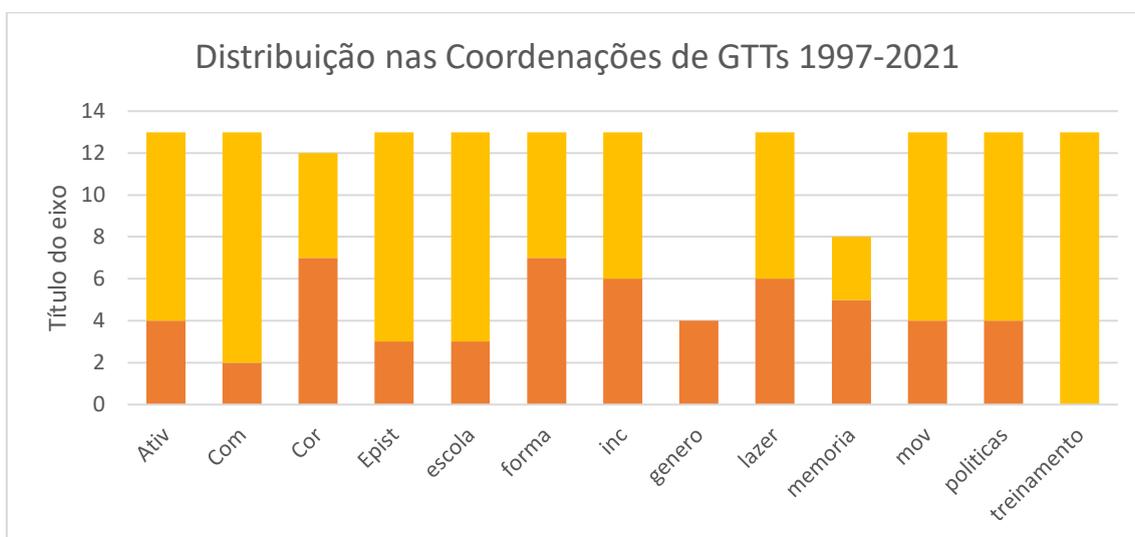
Porém, outros aprofundamentos são necessários para compreender a nossa área. Afinal, essa diretoria tem se preocupado não apenas com essas questões, mas também com a divulgação

⁸⁶ Tivemos acesso à porcentagem de mulheres nos anos de 2001-2008 e de 2021 e 2022. A menor porcentagem de mulheres desses anos foi em 2008 com 42% e a maior em 2021 com 54%. A média de porcentagens desses 10 anos foi de 43%.

científica e com o senso estético dos nossos veículos de informação. Também seria necessário refletir sobre os demais cargos. Um cargo que chama a atenção, por sua centralidade vinculada à natureza da entidade é a diretoria científica. Em 22 gestões, tivemos 8 mulheres nesse cargo, com grandes nomes da nossa área: Michele Ortega Escobar, Silvana Vilodre Goellner, Eustáquia Salvadora de Souza, Carmem Lucia Soares, Yara Maria de Carvalho, Larissa Michele Lara. Nomes que, no momento de sua participação na diretoria, já eram conhecidos nacionalmente, ou seja, já eram professoras reconhecidas pela sua produtividade, atuantes na pós-graduação e respeitadas academicamente como docentes pesquisadoras. Podemos pensar, com base nessa observação, que as exigências para as mulheres chegarem na Diretoria Nacional são maiores do que para os homens.

Nas coordenações de GTT foram 36,1% de mulheres. Os GTTs que tiveram mais mulheres que homens coordenando foram: Gênero (100%), Memória (63%), Corpo (58%) e Formação (54%). E os que tiveram menos foram Treinamento (0%), Comunicação (15%), Escola (23%), Epistemologia (23%). No geral o cenário reforça e aprofunda a desigualdade que vimos em relação às primeiras autoras. Talvez, o único desvio seja o GTT Escola que possui média de 56% de primeiras autoras, mas apenas 23% de coordenadoras. Ou seja, apesar da educação ser uma área considerada "soft", e portanto, mais "feminina", o cargo central foi pouco ocupado por elas. Além disso, o GTT Escola é um espaço de visibilidade, pois é o maior do CBCE, em número de trabalhos nos Conbrace's e de associados(as), de modo que não é de se estranhar que as mulheres tenham tido tão pouco espaço na coordenação dele.

Gráfico 2. Distribuição das Coordenações dos GTTs (1997-2021)



Fonte: As autoras, a partir dos dados da pesquisa.

Os GTTs no CBCE são instâncias da entidade, ou seja, funcionam durante toda a gestão, especialmente como órgãos consultivos das ações da Diretoria Nacional. Também organizam eventos e discussões dentro do Colégio. Ou seja, ocupar sua coordenação é um local de comando, de participação nas tomadas de decisão e de impacto nas ações. Podemos tomar como analogia o campo esportivo, onde a participação de mulheres como atletas em modalidades hegemonicamente de homens tem crescido, porém a ocupação em cargos de decisão como gestoras, árbitras, treinadoras, ainda é difícil (BARREIRA, 2022). Além disso, observamos que essa coordenação dá visibilidade dentro do Colégio, já que muitas pessoas que chegam na Diretoria Nacional, já ocuparam cargos de Coordenação em GTTs. Então, ampliar a participação de mulheres poderia facilitar a “lembrança” de nomes de mulheres para cargos e locais de destaque dentro da instituição.

Um último local que analisamos foi a programação geral do Conbrace. Vale ressaltar que o CBCE faz consultas aos GTTs sobre a temática e nomes de convidados, assim as coordenações também impactam nessa decisão. De 11 conferências realizadas no Conbrace e identificadas no período, apenas duas foram feitas por mulheres. Nas mesas redondas da programação geral, 32,2% das palestrantes foram mulheres. Desse modo, nota-se uma sub-representação das mulheres nas posições de destaque do CBCE em relação à sua participação nas atividades dos congressos. Essa diferença nos faz afirmar que há uma perpetuação no viés de gênero (OLIVEIRA-CIABATI *et al.*, 2021) no CBCE, ao perpetuar a maioria masculina nos espaços de liderança, dados coerentes com a literatura que destacam como as mulheres não ocupam cargos de liderança (LETA, 2003) ou enfrentam um crescimento limitado no âmbito científico. Análises já destacadas por Maffia (2002), no qual a supremacia masculina no âmbito acadêmico apresenta-se em vários países latino-americanos.

Considerações Finais

Neste texto buscamos investigar a participação das mulheres em alguns locais do CBCE, GTTs, Diretoria e Programação do Conbrace. Os números ajudam a materializar a percepção de que estamos presentes, porém em lugares marginais ou subalternos, como ocorre em outros campos científicos, profissionais e esportivos. A produção histórica da política científica do campo da Educação Física nos aponta discursos e direcionamentos que dão maior representatividade aos homens. A distribuição temática desses espaços também mostra divisões, especialmente dando mais espaço às mulheres em discussões vinculadas ao cuidado e a estética ou às consideradas “*Soft science*”.

Ainda, reconhecemos a tríplice ancestralidade da ciência destacada por Chasson (2004) seja ela grega, judaica e cristã (embora reflitamos criticamente sobre os silenciamentos latino-americanos e decoloniais que, ainda hoje, lutam para ser ouvidos). Foi negado às mulheres, pelo seu corpo, com justificativas vinculadas à essa ancestralidade, acesso ao espaço científico, que continua ainda hoje sendo reforçada por argumentos machistas embebidos de religião estereotipada. Vivenciamos na pele a ciência masculina e o desdobramento disso na produção intelectual de conhecimento. Sabemos que não será superado (lamentavelmente) em mais de uma década, mas é fundamental que o CBCE, como uma associação comprometida com a democratização da ciência na Educação Física, seja protagonista no processo de reversão desse quadro de balanço desigual de gênero.

Queremos destacar que esse olhar crítico, que aponta as possíveis falhas de representação e visibilidade para as mulheres, foi construído aqui por pesquisadoras que frequentam organicamente a instituição e a reconhecem como um espaço progressista de diálogo. Ou seja, é uma autocrítica que consideramos necessária para fortalecer a entidade e a tornar cada vez mais igualitária e democrática. Para isso, também se farão necessários outros enfrentamentos interseccionais, como raça, sexualidade, idade, presença ou não de filhas e filhos, questões vinculadas à acessibilidade, nível de formação, regionalidade.

Análises mais profundas são necessárias para entender as razões pelas quais as mulheres não estão tão presentes nos espaços de visibilidade e de poder, embora como autoras nos GTTs tenham uma forte participação. A literatura aponta que as questões culturais de gênero, fora do ambiente acadêmico, interferem na disponibilidade/oportunidade das mulheres de participar das posições de liderança, entre elas a ausência de incentivos a nível institucionais. No entanto, seria interessante que pesquisas de natureza qualitativa com as mulheres da Educação Física brasileira que participaram do CBCE ajudassem a compreender a dinâmica da ocupação dos espaços de liderança, das redes de colaboração e das relações de poder no âmbito dessa entidade científica, a fim de entender as particularidades dessa área. Tais abordagens também nos ajudariam a compreender como as mulheres têm conseguido caminhar pelo labirinto que as dificulta acessar esses espaços, o que pode contribuir para a formulação de políticas de ação afirmativa. Por fim, cabe apontar para a necessidade da reflexão no interior do Colégio sobre ações para alcançar a igualdade de gênero no interior desta, a fim de afirmar o engajamento com a democracia e a diversidade na entidade.

Referências

BARREIRA, J. Mulheres em cargos de liderança no esporte: rompendo o teto de vidro ou percorrendo o labirinto? *Movimento*, v. 27, 2022.

BINS, Gabriela Nobre; SILVA, Lisandra Oliveira; KUHN, Simone Santos; TERRAGNO, Tatiana Martins; DIEHL, Vera Regina Oliveira; TAVARES, Natacha da Silva; SILVA, Caroline Maciel da. Docência em Educação Física e maternidades: construindo outras inter-relações. *Movimento*, v. 29, p. e29006, jan./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.124530>.

BRACHT, Valter. Epistemologia, ensino e crítica: desafios contemporâneos. In: GOMES, Ivan M; ALMEIDA, Felipe Quintão de; VELOZO, Emerson L. *Epistemologia, ensino e crítica: desafios contemporâneos para a educação física*. Nova Harmonia. Nova Petrópolis. 2013.

CHASSON, Attico Inácio. A ciência é masculina? É, sim senhora!...*Contexto e Educação*. Ano 19, n. 71/72. Editora Unisinos. Porto Alegre, 2004.

GROSSI, M. G. R.; BORJA, S. D. B.; LOPES, A. M.; ANDALÉCIO, A. M. L. As mulheres praticando ciência no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(1): 406, janeiro-abril/2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p11>. Acesso em: 28 out.2021. INEP. Censo do Ensino Superior. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 16 out. 2022.

LETA, J. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*. 17 (49). 2003.

LIMA, B. S. *Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas das ciências*. Dissertação [PPG História - UNB], 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3714>. Acesso em: 16 out. 2022.

LONGINO, H. E. In search of feminist epistemology. *The monist*, v. 77, n. 4, p. 472-485, 1994.

MAFFIA, D. *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Alcântara Costa, A. A; Bacellar Sardenberg Salvador C. M (Orgs): REDOR/NEIM-FFCH/UFBA. Coleção Baianas, 8. 2002.

MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, Lígia M.C.S; *Pioneiras de Ciências no Brasil*. SBPC, 2006. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/livro_pioneiras.pdf. Acesso em: 6 jul. 2023.

MUJIKÁ, Iñigo; TAIPALE, Ritva S. Sport science on women, women in sport science. *International journal of sports physiology and performance*, v. 14, n. 8, p. 1013-1014, 2019.

NUNES, Jordão Horta. Gênero e raça no trabalho em tecnologia da informação (TI). *Ciências Sociais Unisinos*, v. 52, n. 3, p. 383-395, 2016.

OLIVEIRA-CIABATI, L. et al. Scientific sexism: the gender bias in the scientific production of the Universidade de São Paulo. *Revista de Saúde Pública* [online]. v. 55, 46, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055002939>. Acesso em: 21 ago. 2023

SANTOS, J. P. ; RODRIGUES, M. C. S. O Teto De Cristal: Considerações A Respeito Da Participação Da Mulher Nas Áreas De Ciências E Tecnologia. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 6, p. 57415-57432, 2021.

STANISCUASKI, F. et. al. Impacto do COVID-19 em mães acadêmicas. *Sciencie*. 15 de maio de 2020: Vol. 368, edição 6492, p. 724 DOI: 10.1126 / science.abc2740, 2020. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/368/6492/724.1> Acesso em: 3 out. 2020

UNESCO. *UNESCO Science Report: the Race Against Time for Smarter Development*. S. Schneegans, T. Straza and J. Lewis (eds). UNESCO Publishing: Paris, 2021.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; FREITAS, Marcel de Almeida. Mulheres cientistas nos cursos de física e de educação física na universidade federal de minas gerais. *Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, jan./jun. 2016.